

GÊNERO E SEXUALIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS DAS/ÓS PROFESSORAS/ES NAS ESCOLAS DE MATO GROSSO DO SUL

FABRICIO PUPO ANTUNES 

*Colégio Novaescola, Campo Grande, MS, 79010492,
fabriciopupo1206@hotmail.com*

TIAGO DUQUE 

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS,
79002212, tiago.duque@ufms.com*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios e percepções das/os professoras/es diante da produção das identidades, via gênero e sexualidade, das/os jovens nas escolas de Mato Grosso do Sul. Do ponto de vista teórico-metodológico, nesta pesquisa qualitativa, foi utilizada a perspectiva pós-crítica, que apresenta uma abordagem preocupada em discutir as diferenças e as relações saber-poder no âmbito escolar, sendo realizada a partir de questionamentos, dúvidas e problematizações formuladas frente à realidade estudada e relatos de docentes recolhidos através do blog Transidentidades. Assim, as informações e dados levantados por meio das exposições das/os docentes apontaram conquistas e desafios no desenvolvimento de um “espaço acolhedor” para as/os jovens que desafiam as normas de gênero e sexualidade. Pretende-se, assim, contribuir com a discussão sobre a educação, com as ações transformadoras e que considerem importante o papel das/os professoras/es no acolhimento e na produção das identidades, considerando condições de trabalho e formação suficientes no combate à discriminação e na garantia da liberdade.

Palavras-chave: Trabalho docente. Gênero. Sexualidade. Educação.



GENDER AND SEXUALITY IN SCHOOL: TEACHER'S EXPERIENCES IN SCHOOLS OF MATO GROSSO DO SUL

ABSTRACT

This article aims to analyze the challenges and perceptions of the teachers regarding the production of identities, via gender and sexuality, of the young people in schools in Mato Grosso do Sul. From a theoretical and methodological point of view, in this qualitative research, the post-critical perspective was used, which uses a preoccupied approach to discuss the differences as well as the knowledge-power relations in the school context, being carried out based on questions, doubts and problematizations formulated in face of reality studied and teachers' reports collected through the Transidentidades blog. Thus, the information and data collected through the teachers' reports pointed out achievements and challenges in the development of a welcoming space for young people who challenge the norms of gender and sexuality. It is intended, therefore, to contribute to the discussion on education, with the actions committed to the transformation and that consider the role of professors in welcoming and producing identities with respect to gender and sexuality, considering sufficient work and formation conditions to combat discrimination and guarantee freedom.

Keywords: Teaching work. Gender. Sexuality. Education.

1 INTRODUÇÃO

As questões de gênero e sexualidade enfrentam muitas barreiras em relação a sua discussão, principalmente no âmbito escolar. O preconceito diante das vivências fora da heteronormatividade pode produzir o silenciamento das/os professoras/es sobre as manifestações vivenciadas nas escolas, seja por medo ou falta de informação.

O discurso de que escola, gênero e sexualidade devem constituir instâncias separadas têm ganhado força. Projetos como Escola sem Partido¹ têm motivado a perseguição às/aos professoras/es sob acusação de doutrinação política, além de reforçar a pauta de que na escola não se deve discutir gênero e sexualidade. A perseguição a esses temas, como também às temáticas como capitalismo, religiosidade, socialismo, raça e

1 O Programa Escola sem Partido surgiu em 2004, através da iniciativa do então procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib. O projeto surgiu como uma reação a um suposto fenômeno de instrumentalização do ensino para fins político-ideológicos, partidários e eleitorais, que, em seu ponto de vista, representam doutrinação e cerceamento do estudante em aprender. Disponível em <https://www.infoescola.com/educacao/escola-sem-partido>. Acesso em 13 jun. 2019.



etnia, constituiu o atendimento às pautas da bancada religiosa cristã representante de uma parte da população apoiadora de preceitos morais ligados à extrema direita. Por isso, esses não deveriam ser discutidos na escola.

Isso reforça a ideia de que a sexualidade é entendida como uma questão pessoal e privada; e a escola, como espaço social de formação voltada para a vida coletiva, que deve estar afastada desses assuntos ditos “polêmicos”. Assim, ao passar para a família a ocupação em relação à educação sobre gênero e sexualidade, retira da escola e da prática docente a oportunidade de se trabalhar a reflexão diante da diferença, mesmo em um espaço essencialmente produtor dela.

A necessidade do trabalho docente nessa temática é corroborada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 1997), que colocam esses tópicos como transversais e relevantes para a discussão nos estabelecimentos de ensino, bem como para o processo de intervenção pedagógica.

Os PCNs legitimam o trabalho pedagógico com gênero e sexualidade para além da reprodução humana, com informações relacionadas ao contexto social em que é exercida ou ressignificada.

É preciso entender como essas experiências se dão no ambiente escolar na perspectiva da/o professora/or. Por isso, o objetivo desse estudo é analisar seus desafios e percepções diante da produção das identidades, via gênero e sexualidade, das/os jovens nas escolas de Mato Grosso do Sul. Entendemos que esse é um importante ponto de partida para a reflexão sobre como o corpo docente reage perante as diferenças e o quanto se sente (ou não) preparado ou seguro para a garantia e acolhimento das experiências que desafiam as normas culturalmente instituídas na sociedade.

2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMÁTICA

Percebe-se que historicamente o processo de formação das/os professoras/es se voltou ao campo de disciplinas clássicas com o objetivo de adaptar os indivíduos às necessidades da sociedade, desconsiderando particularidades e processos culturais.

O processo de ocultação da posição de dissidência em relação à matriz heterossexual, faz mais do que simplesmente regular a vida social de pessoas que se relacionam sexualmente com outras do mesmo gênero à medida que as submete ao segredo, ao silêncio e/ou as expõe ao desprezo público (JUNQUEIRA, 2016). Segundo Junqueira,

Sair do armário implica uma gestão das fronteiras da (hetero)normalidade (na qual estamos todos/as envolvidos e pela



qual somos afetados/as) e atua *como um regime de controle de todo o dispositivo da sexualidade*. Assim, reforçam-se as instituições e os valores heteronormativos e privilegia-se quem se mostra devidamente conformado à ordem heterossexista (JUNQUEIRA, 2016, p. 228).

Devido a isso, educadores são constantemente chamadas/os para lidar com a sexualidade e o regime de (in)visibilidades que configura o espaço escolar. É preciso repensar esse ambiente, questionar a função e ressignificação de suas práticas – ou seja, principalmente no que diz respeito ao trabalho docente.

Assim, a motivação para a pesquisa se encontra na esfera da discussão em relação à disciplina geradora de resistência, que produz ações mais efetivas, como as expostas nos resultados da pesquisa anterior (AUTOR, 2018), onde seis experiências positivas apontam para a possibilidade da escola como “espaço acolhedor”², um espaço não violento ou não hostil às sexualidades dissidentes. Além disso, a pesquisa da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais - ABGLT (2016) aponta que 60% dos jovens se sentem inseguros quanto à vivência de sua orientação sexual no espaço escolar, sendo experienciado, no ambiente, comentários LGBTfóbicos. Alguns relatos reportam que 51,2% das instituições não se manifestam para contornar a situação, o que leva a outro dado nada alentador, o de que 41,5% das/os estudantes não denunciam violências sofridas relacionadas a gênero e sexualidade por sentirem o espaço inseguro ou pouco capacitado para dar conta dessas situações.

De acordo com outra pesquisa, Reprolatina (2011), o ambiente de ensino reproduz o modelo heteronormativo da sociedade. A pesquisa também identificou contradição entre o referido discurso “inclusivo” e não discriminatório com a prática da escola, uma vez que esta reprime manifestações de diferenças sexuais, como interferências no comportamento das/os alunas/os dentro do seu espaço.

Embora o estado de Mato Grosso do Sul não tenha participado das duas últimas pesquisas citadas, os resultados são importantes norteadores para análise dos relatos do corpo docente que compõem as escolas sul-mato-grossenses, principalmente porque são questões que envolvem o

² Os relatos recolhidos através do blog Transidentidades para a pesquisa *A produção das identidades em ambiente escolar: experiências contemporâneas de jovens dissidentes de gênero e sexualidade nas escolas de Mato Grosso do Sul*, apontaram seis práticas, consideradas positivas pelas/os jovens, pontualmente ao acolhimento das diferenças, sendo elas a liberdade na manifestação da afetividade, os momentos de discussão e informação promovidas em sala de aula, o uso do banheiro por identidade de gênero, o respeito ao uso do nome social em provas e chamadas, o oferecimento de uma educação crítica e consciente no combate ao preconceito e o encontro das diferenças relacionadas a gênero e sexualidade.



direito à educação que pode ser negado devido à hostilidade, preconceito e omissão diante da violência.

3 METODOLOGIA

A primeira etapa foi amparada no estudo bibliográfico sobre gênero, sexualidade, educação e formação de professoras/es. A busca foi feita via base de dados como Scielo, Grupos de Trabalhos das Reuniões Nacionais da ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação) e Catálogos de Teses e Dissertações da Capes.

A segunda etapa da pesquisa se deu por meio da busca por dados, via a divulgação aos possíveis participantes da pesquisa do blog Transidentidades (www.transidentidades.com.br), desenvolvido como estratégia metodológica de pesquisa. As/os educadoras/es que acessaram a página e quiseram participar, puderam contar suas experiências, a partir de questionário com cinco perguntas³.

O blog contendo a apresentação da pesquisa foi divulgado pela internet através do compartilhamento em posts (no Facebook e no WhatsApp) que indicavam o acesso ao site, além de postagens nos canais de comunicação da Federação dos Trabalhadores em Mato Grosso do Sul, que foi parceira na divulgação. Na prática, a participação se deu mediante ao preenchimento do formulário e aceitação do termo de responsabilidade, tudo feito online. A identificação das/os professoras/es, bem como as instituições, foi preservadas por uma exigência ética.

A terceira etapa foi a análise desses relatos deixados. Para atingir os objetivos desse estudo foi utilizada a perspectiva pós-crítica, sua escolha se justifica principalmente porque se propõe a fazê-la a partir de questionamentos, dúvidas e problemas que são formulados diante da realidade a ser estudada, como ilustrado na trajetória presente no infográfico da Figura 01.

³ As perguntas que nortearam a pesquisa foram: 1. Como você reage diante das experiências de gênero e sexualidade dissidentes vivenciadas por jovens nas escolas? Você pode nos dar um exemplo? 2. Você se sente preparada/o ou despreparada/o para lidar no dia a dia com as/os jovens que desafiam normas de gênero e sexualidade no espaço escolar? Por quê? 3. Em seu trabalho como professora/or, quando aparece a temática gênero e sexualidade? Ou ela não aparece? Caso apareça, como você trabalha essas temáticas? 4- Você se sente segura/o para atuar diante das manifestações de gênero e sexualidade de jovens dissidentes? 5- Neste espaço você pode relatar algo que não foi abordado nas questões anteriores.

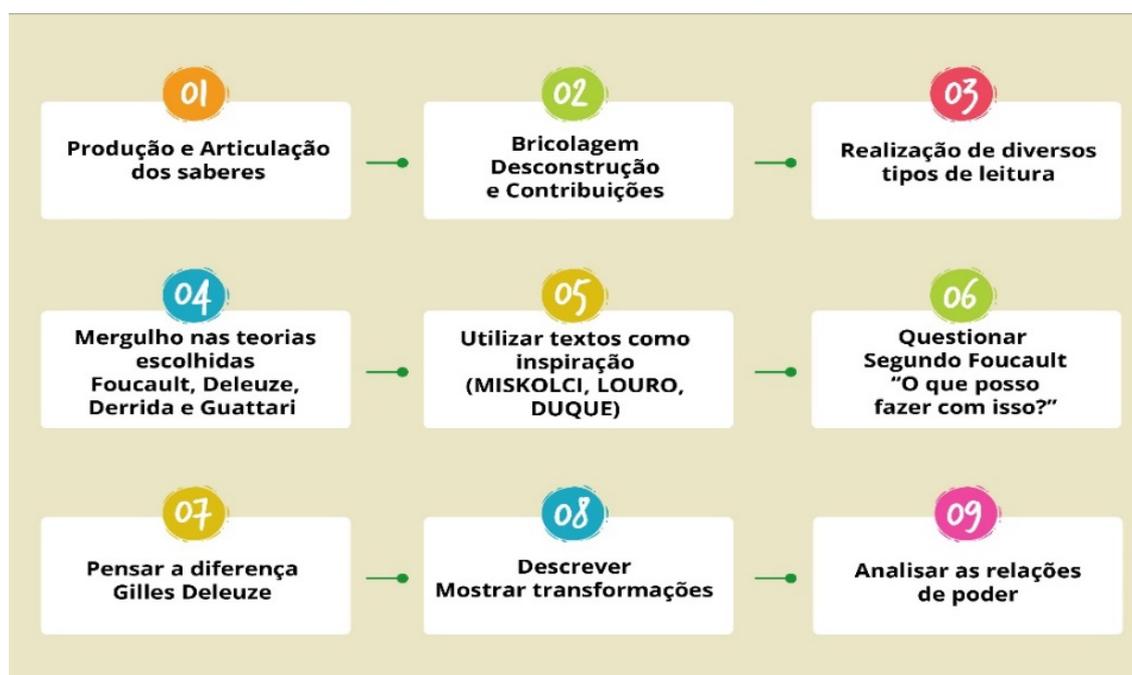


figura 1. Trajetória da Pesquisa Pós-Crítica.

Para o registro e análise da pesquisa qualitativa foi utilizado o livro *Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação* (MEYER e PARAISO, 2014). A metodologia proposta oportunizou o contato com as seguintes contribuições dos teóricos: Foucault (2017) no que diz respeito à produção do discurso e a problematização do sujeito; Deleuze e Guattari (2011) em seu “pensamento da diferença” e conceito de rizoma, que oferecem modos específicos de interrogar como estratégias para descrever e analisar; e Butler (2003) com seus estudos sobre as questões de gênero, práticas regulatórias e heterossexualidade compulsória.

De abril de 2019 a janeiro de 2020 foram registradas 42 participações. Participaram da pesquisa onze cidades do estado de Mato Grosso do Sul, sendo vinte e sete relatos de professoras/es de vinte e cinco escolas públicas e quinze relatos de professoras/es de um total de doze escolas particulares. Do total de relatos recolhidos, foram registrados dezessete respondidos por homens e vinte e cinco por mulheres⁴.

Para análise e estudo das experiências apresentadas nos relatos, deixadas pelas/os professoras/es no blog *Transidentidades*, foram utilizadas também obras de autoras/es contemporâneas/os pós-críticas/os que pesquisam juventude, sexualidade, gênero e escola, como Louro (2017), Pelúcio (2014), Balieiro (2014), Vencato (2014) e Junqueira (2009).

4 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

⁴ Os nomes utilizados na pesquisa foram substituídos para preservar a identidade das/os participantes.



A perspectiva pós-crítica em educação, considerando o que explicamos na seção anterior, a “bricolagem” e a “inspiração” nos textos lidos nos permite pensar os dados já produzidos a partir da análise. Os resultados existem nela, e não fora, portanto, não são momentos em que são “coletados” simplesmente, como se já estivessem lá. Não há categorias prévias e não nos chamou a atenção as possíveis repetições nas respostas. Antes disso, a teoria constitui o nosso olhar para levá-los sob investigação. Aqui, por isso, resultados e análises não podem ser separados, são processos concomitantes.

Sendo assim, é perceptível a discussão sobre a importância da educação e da escola no sentido de propor e questionar os discursos da naturalidade heteronormativa e, com esse estudo, pôde-se trazer à tona a reflexão sobre a percepção das/os professoras/es diante dos desafios da abordagem dos assuntos relacionados a gênero, sexualidade e o papel da/o docente diante da desconstrução e desnaturalização de conceitos que a escola tem trabalhado historicamente.

Nesse contexto, professoras/es são provocadas/os a questionar esse padrão e buscar maneiras de lidar com isso. Assim, uma questão se faz importante ao pensarmos no trabalho pedagógico em relação às identidades dissidentes: de que modo a abordagem da temática do gênero e da sexualidade pode contribuir com um espaço escolar mais “acolhedor”?

Diante do que foi relatado pelas/os docentes, é possível compreender que tais questões encontram resistência em seu enfrentamento, ou que não existe comprometimento na discussão para o combate ao preconceito, como apontado no relato de Cleiton, 36 anos, professor de uma escola pública: “gênero e sexualidade só aparecem nas aulas quando coloco o tema em discussão, ou em datas específicas como no Dia da Mulher, no mais, fica a cargo de cada professor abordar ou não o assunto e acredito que muitos não o fazem por motivos diversos”.

Sendo assim, na próxima seção, resultados e análises aparecem juntas em seis tópicos. Eles são construídos a partir do exercício analítico da produção dos dados e de como eles dialogam com a teoria. Indicam ainda modos de olhar e analisar a realidade que estamos nos propondo a refletir. Como apontam os estudos pós-críticos em educação, é apenas um dos caminhos possíveis de levantamento e análise dos dados.

4.1 A REAÇÃO DIANTE DAS EXPERIÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE DISSIDENTES



“Eu reajo com naturalidade diante de alunos gays, lésbicas ou trans. E diante da maioria das reações, de surpresa ou indiferença de alunos e alguns professores, tento fazer o possível para que estes alunos se sintam à vontade em sala de aula, uma vez que meus discursos apontam apoio e não estranheza em relação ao diferente”.

(Olga, 38 anos, escola privada)

“Em relação aos jovens dissidentes de gênero e sexualidade, eu reajo com acolhimento e entusiasmo por saber que hoje podemos viver em um período em que é possível se expressar nas suas mais diversas possibilidades de modos de vida na sociedade. E a escola, como sendo um espaço social de formação humanizada, é o lócus para se estimular a liberdade entre os jovens”.

(Maria, 33 anos, escola pública)

Sendo a escola um espaço importante para a socialização e a discussão dos mais variados temas, incluindo gênero e sexualidade, a/o professora/or tem papel fundamental nessa mediação. A escola é uma das instituições em que mais se vivenciam as respectivas diferenças e dentro dela estão as/os docentes. Enquanto mediadoras/es da construção do conhecimento, estão envolvidas/os, de diferentes maneiras, com a produção e com a ressignificação das representações de gênero, sexualidade e de preconceitos. Como apontado nos relatos das professoras Olga e Maria, é muito importante enxergarmos a escola com um olhar que se perceba a coletividade, que se tenha um olhar para o outro.

A proposição de estratégias pedagógicas que busquem questionar e modificar as normas e valores heteronormativos no ambiente escolar, podem, antes de tudo, promover a reflexão da/o própria/o docente sobre a diferença e a invisibilidade do gênero e da sexualidade dissidentes. Segundo Pelúcio (2014),

Discutir relações de gênero, sexualidade e convívio com as diferenças é entrar no delicado terreno das intimidades, é mexer com moralidades, desestabilizar certezas, provocar incômodos que possam gerar insatisfação por parte de pais e dos próprios pares. (PELÚCIO, 2014, p. 113).

De acordo com Vencato,



O principal desafio é passar por reconhecer e falar sobre as diferenças e entendê-las como um princípio estruturante da boa prática pedagógica, assim como deixar de lado a visão que ela só traz problema para o interior da escola. É preciso deixar de lado ideias de que a escola não tem de lidar com gênero e sexualidade ou com outros marcadores sociais da diferença. (VENCATO, 2014, p. 40).

É desafiador para a/o professora/or o trabalho fora dos marcos identitários e das referências binárias relativos aos gêneros e à orientação sexual, mas é preciso refletir sobre a importância do enfrentamento e do debate no combate ao preconceito por parte de alunas/os e professoras/es, e isso implica em reconhecer seus próprios preconceitos e limites de lidar de forma democrática com a diferença.

4.2 O SENTIMENTO DE PREPARO/DESPREPARO DIANTE DAS DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

“Eu me interessou pela temática e isso me faz buscar autores que possam me ajudar a lidar com algumas situações, mas não acredito que isso aconteça sempre com todos os professores. Mas eu não me sinto preparada, apesar disso. Tanto pela questão de formação, quanto pelo preparo emocional que, às vezes, precisamos oferecer aos alunos nesses momentos”.

(Esmeralda, 23 anos, escola privada)

“Eu tento explicar que esse sentimento pelo mesmo sexo é normal, porém cito a importância do uso de preservativos para evitar DST⁵”.

(Marcelo, 28 anos, escola privada)

Embora o tema gênero e sexualidade seja marcado por momentos em que ele não pode ser enunciado, a preocupação com suas manifestações é constante. A leitura da autora Guacira Lopes Louro (2017) corrobora com a constatação de que a sexualidade é controlada por normas que silenciam as manifestações que as desafiam. Segundo Louro,

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e

⁵ DST significa “Doenças Sexualmente Transmissíveis. Contudo, ainda que tenha sido esse termo que apareceu no trabalho de campo, hoje, o mais atual é nos referirmos a IST, isto é, “Infecções Sexualmente Transmissíveis”. Por isso, em nosso texto empregaremos IST para nos referirmos ao conteúdo do relato do professor Marcelo.



códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através dos seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. (LOURO, 2017, p. 62).

Nesse contexto, professoras/es que se veem diante de manifestações de gênero e sexualidade dissidentes, muitas vezes não sentem preparo, seja psicológico ou teórico em lidar com aquelas/es que desafiam as normas instituídas e assim, muitas vezes, essas diferenças deixam de ser abordadas no cotidiano escolar, como exposto no relato da Esmeralda.

Um exemplo sobre o cuidado na abordagem do tema gênero e sexualidade e as limitações ainda enfrenta é a relação com as Infecções Sexualmente Transmissíveis - ISTs. Nesse sentido, vivenciou-se nas últimas décadas o crescimento de iniciativas ligadas à temática e incorporadas a disciplina de Orientação Sexual no currículo formal (BALIEIRO e RISK, 2014). Assim, a sexualidade foi incorporada nos currículos escolares sob a perspectiva biológica, voltados às discussões sobre ISTs e à gravidez na adolescência, o que pode explicar a preocupação apontada no relato de Marcelo.

Na escola, ainda é comum a sexualidade ser apresentada como referência médica/biológica, enfocando métodos a precaução das ISTs. Não se trata de questionar a importância das orientações em relação à prevenção deste tipo, mas se corre o risco de restringir a experiência da sexualidade a uma ameaça.

O trecho do relato do professor Marcelo expõe um discurso de proteção sexual que pode produzir identidades vulneráveis, tomando a informação o principal impedimento na busca pela exploração do significado do corpo, desejo e identidade. Esse discurso disseminado em sala de aula oferece argumentos para efetivação de um modelo de educação sexual que busca prevenir, normatizar e higienizar a sexualidade.

4.3 A TEMÁTICA GÊNERO E SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR



“Houve uma tentativa de conversa na sala dos professores. Na ocasião me manifestei dizendo que precisávamos acolher os jovens de novas turmas que estavam ‘confusos’, devido à sexualidade e às expectativas da família, escola e sociedade. Aleguei que tinha relatos de jovens que estavam sofrendo perseguição de colegas e professores, e indaguei um colega se ele já tinha vivenciado algo desse tipo. Após minha pergunta, a resposta foi: “Sai fora, não fico prestando atenção em viado”.

(Adriano, 33 anos, escola particular)

“Como professora acredito que meu papel é sempre de mediar os conflitos. Para tanto, busco ouvir meus alun@s, isso permite identificar seus anseios, conflitos (pessoais ou com o grupo). A partir disso interferir de modo positivo, seja em uma conversa reservada ou discussões no grupo. Ressalto que o positivo é entender o outro, se o entendimento não for possível, o respeito obrigatoriamente tem que ser garantido”.

(Vanda, 46 anos, escola pública)

Até que ponto professoras/es podem contribuir com a exclusão social? Quando trazemos à tona como a temática gênero e sexualidade é abordada na escola pelo trabalho de docentes, é possível questionar esse papel, no sentido de problematizar o contato das/os professoras/es com o assunto, seja na graduação ou na formação continuada. Além disso, esse tema é assegurado pelos PCN’s e, ainda assim, é visível a resistência e o preconceito por parte de algumas pessoas e das próprias instituições, como constatados nos relatos de Adriano e Vanda.

Segundo Junqueira,

Temos visto consolidar-se uma visão segundo a qual a escola não apenas transmite ou constrói conhecimento, mas o faz reproduzindo padrões sociais, perpetuando concepções, valores e clivagens sociais, fabricando sujeitos e suas identidades (JUNQUEIRA, 2009, p.14).

Na escola, a homofobia é expressa por meio de agressões físicas e verbais. Abramovay, Castro e Silva (2004) discutem a homofobia nas escolas e sua invisibilidade. As autoras, em pesquisa da UNESCO, revelam que além do silêncio das/os professoras/es, eles são coniventes e em alguns casos, agentes dessa violência. Ainda nessa pesquisa realizada pela UNESCO, foi possível constatar que, para parte de professoras/es, “bater em homossexuais” é considerado menos grave do que usar drogas ou roubar, por exemplo.



Esse cenário aponta para urgência de ações que promovam uma escola mais justa e que, acima de tudo, garantam os direitos humanos, como a integração das Políticas Públicas, citadas nos PCNs, para a orientação sexual. Contudo, a escola, ou, pelo menos parte do corpo docente, parece desconhecer essas políticas, o que dificulta práticas e posturas que podem ressignificar o espaço escolar para as/os jovens dissidentes. Alguns fatores se mostram relacionados ao despreparo dessas/es professoras/es, como a falta de informação e formação em relação ao assunto, o que leva ao preconceito, ao silenciamento diante da violência e à aceitação acrítica da heteronormatividade.

Dentro do panorama exposto, faz-se necessário um esforço que desestabilize os conhecimentos considerados imutáveis. A leitura, a formação continuada, as discussões em reuniões de professoras/es podem ser medidas importantes. Políticas públicas para a formação de professores como o GDE – Gênero e Diversidade na Escola⁶ precisam estar atreladas a um saber de desconstrução, a fim de atender para além das normas instituídas.

Ainda é possível questionar e refletir: qual o papel da escola? Qual o papel da/o docente? Qual o momento de enfrentar as normas e atender ou se adequar aos novos papéis na sociedade? Segundo Vencato,

É preciso repensar conteúdos, práticas, ações, se quisermos produzir uma escola realmente justa, e trocar o silêncio e a ausência confortável dos diálogos pelo desconforto de falar sobre as coisas do cotidiano escolar. É preciso transformar cada comentário jocoso, cada intervenção agressiva em oportunidade para desconstruir velhos preconceitos e exclusões e construir uma nova forma de lidar com as histórias de vida de todas as pessoas que transitam pela escola (VENCATO, 2014, p. 53).

A partir do reconhecimento das diferenças, como ponto de mediação do diálogo que se pode construir uma prática pedagógica pautada na autonomia e no respeito.

4.4 GÊNERO, SEXUALIDADE E CURRÍCULO

⁶ O GDE compõe um conjunto extenso de programas coordenados pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC) a partir de diversas secretarias especiais incumbidas de implementar políticas públicas voltadas para a diversidade cultural e sexual.



“Essa temática aparece rotineiramente, mas não nos conteúdos e sim, por meio de bullying, manifestações de preconceito, conversas com os alunos em sala. As questões de gênero e sexualidade são trabalhadas de maneira informal, durante momentos de conversa em sala de aula com exibição de vídeos e discussões. Dessa forma, trabalho o respeito entre as pessoas, independentemente de suas diferenças”.

(Douglas, 35 anos, escola pública)

“Que eu me lembre, temas como gênero e sexualidade só aparecem em reuniões da semana pedagógica. Sempre procuro entender o lado dos estudantes, ouvi-los, mas esses temas mesmo, só fora da sala de aula”.

(Mari, 34 anos, escola privada)

A partir dos relatos apontados é possível refletir sobre currículo dentro da perspectiva da produção das identidades e assim problematizar o seu papel, além da redução da sua abordagem, muitas vezes relacionada a datas específicas ou fora do contexto da sala de aula. De acordo com Britzman,

A cultura da escola faz com que respostas estáveis sejam esperadas e que o ensino de fatos seja mais importante do que a compreensão de questões íntimas. Além disso, nessa cultura, modos autoritários de interação social impedem a possibilidade de novas questões e não estimulam a curiosidade que possam levar estudantes e professores em direções que possam se mostrar surpreendentes. Tudo isso faz com que as questões de sexualidade sejam relegadas do espaço das respostas certas ou erradas (BRITZMAN, 2018, p. 108).

Os estudos de gênero apontam para a desconstrução de pressupostos que explicam a normalidade da identidade heterossexual e silenciamento diante das demais, a abordagem sobre o tema tratado pela biologia, medicina e a defesa da existência de uma natureza feminina e masculina, negando a multiplicidade das identidades de gênero e das vivências da sexualidade. Nos fragmentos acima, de Douglas e Mari, percebemos o quanto o espaço de discussão e debate é restrito, logo, insuficiente para as problematizações da ideia de “natureza” feminina e masculina conforme criticamos aqui.

Essa naturalização da identidade heterossexual no currículo, em conjunto das práticas que silenciam gênero e sexualidade dissidentes,



fortalecem a lógica heteronormativa, fazendo dela referência e negando sua discussão na rotina de saberes da sala de aula, como apontaram as/os professoras/es em seus relatos, ao responderem sobre a questão do apoio e amparo e a falta deles, no currículo e pela coordenação e direção da escola, no trabalho sobre gênero e sexualidade. Segundo Junqueira,

Ao longo de sua história, a escola brasileira (e por escola refiro-me também a seus currículos, lato sensu) estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” (considerado estranho, inferior, pecador, doente, pervertido, criminoso ou contagioso) todos aqueles/as que não se sintonizassem com os arsenais cujas referências eram e ainda são centradas no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal”. A escola tornou-se, assim, um espaço em que rotineiramente circulam preconceitos que colocam em movimento discriminações de diversas ordens. Com efeito, classicismo, racismo, sexismo, heterossexualismo, homofobia, entre outros fenômenos discriminatórios, fazem parte da cotidianidade escolar não como elementos intrusos e sorrateiros. Eles, além de terem sua entrada geralmente franqueada, agem como elementos estruturantes do espaço escolar, onde são cotidiana e sistematicamente consentidos, cultivados e ensinados, produzindo efeitos sobre todos/as. (JUNQUEIRA, 2012, p. 3-4).

Apesar do predomínio da heteronormatividade nos currículos, é possível perceber que as diferenças relacionadas a gênero e sexualidade continuam presentes, Xavier Filha aponta:

As crianças e adolescentes, narram situações cotidianas e vivências pessoais que expressavam questões de gênero e sexualidade. Essas questões são eminentemente sociais e históricas. São determinadas por discursos que regulam, normatizam e impõem verdades sobre os sujeitos” (XAVIER FILHA, 2012, p. 642).

O fato dos temas gênero e sexualidade estarem associados a trabalhos mais informais ou secundários em sala de aula, os coloca dentro do chamado currículo oculto – o conjunto de atitudes, valores e comportamentos que não fazem parte do obrigatório, mas que são ensinados através das relações sociais – nos remetendo à questão da não obrigatoriedade de discussão sobre o assunto de maneira formal, ou uma subjetividade em como ele é abordado. Segundo Tomaz Tadeu Silva,

Na teorização crítica, a noção de um currículo oculto implica, na possibilidade de termos um momento de iluminação



e lucidez, no qual identificamos uma determinada situação como constituindo uma instância de currículo oculto. A ideia é que uma análise baseada nesse conceito permite nos tornarmos conscientes de alguma coisa que até então estava oculta para nossa consciência. (SILVA, 2017, p. 78-79).

É preciso respostas criativas para enfrentar o currículo normativo e as formas de silenciamento praticadas pela escola diante dos temas e das vivências do gênero e sexualidade. Pode ser necessário um esforço para refletir e praticar outros raciocínios, outros pensamentos e fazê-los aparecer nos currículos.

4.5 GÊNERO, SEXUALIDADE E OS DESAFIOS DAS DISCUSSÕES EM SALA DE AULA NOS TEMPOS ATUAIS

“Sobre gênero ou sexualidade, me sinto segura em discutir com os alunos, mas não diante da escola ou dos pais. Corremos o risco de ficar sem emprego e enfrentar processos. Nosso trabalho está sendo vigiado e é ameaçado. Ao mesmo tempo que penso em minha estabilidade emocional e financeira, penso que se deixar esses jovens e o tema de lado, qual o sentido do meu trabalho?”

(Marcela, 27 anos, escola privada)

“Nós professores, precisamos de espaço para que as pessoas saibam sobre a censura que a escola está enfrentando por parte de grupos que destilam ódio e querem fazer da escola um espaço sem vida, sem discussão e sem autonomia. Mulheres negros e LGBT sofrerão muito pela censura, negligência e preconceito de muitos que inclusive atuam no espaço escolar”.

(Elis, 29 anos, escola pública)

Na esfera dessa discussão na escola, os relatos citados chamam atenção para os desafios que as/os professoras/es enfrentam diante do atual cenário de censura da chamada “ideologia de gênero”, propagado por diversas religiões e apoiado veementemente pelo atual governo e a bancada religiosa do legislativo. Para Paraíso,

Trata-se de um rótulo dogmático que veicula um ódio declarado, também, aos movimentos feministas contemporâneos e aos direitos de todas as pessoas que não identificam seus desejos com os desejos heterossexuais. (PARAÍSO,



2018, p. 216).

Isso sugere uma grande preocupação e ameaça ao trabalho docente fomentando medos e temores em relação às mudanças nos padrões morais da sociedade. De acordo com Balieiro e Duque,

Os efeitos do discurso oposicionista às iniciativas de políticas educacionais na promoção da igualdade de gênero, no contexto nacional, foram a fomentação de medos e temores sociais em relação a mudanças nos padrões morais da sociedade, no que tange ao reconhecimento das desigualdades entre homens e mulheres, mas especialmente na abordagem escolar das formas dissidentes de experienciar gênero e sexualidade. Tal exemplo nos serve de referência para pensar como determinadas mudanças no âmbito moral é, em muitos exemplos históricos, alvo de respostas marcadas por concepções emocionalmente carregadas, diante de ameaças a determinadas concepções, posições, interesses e valores de grupos específicos. Nestes casos, as mudanças passam a ser vistas como perigo a própria existência de uma ordem social (BALIEIRO e DUQUE, 2018, p. 280).

Nesse sentido, é preciso problematizar também as garantias legais no processo de aprendizagem e no projeto de uma educação mais democrática, assim é preciso recorrer aos Temas Transversais definidos pelos PCNs. Eles propõem a discussão dos assuntos ligados a gênero e sexualidade – dentro de uma “perspectiva democrática e pluralista, [que] em muito contribui para o bem-estar das crianças, das/os adolescentes e das/os jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura” (BRASIL, 1997, p. 293).

Questiona-se assim, as garantias que os PCNs podem representar no sentido de assegurar tais debates em sala de aula, uma vez que o currículo nacional deseja formar, quando se trata de produzir escolas, alunas/os e professoras/es comprometidas/os com a emancipação de pessoas e com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática.

Deve-se considerar que as identidades sexuais estão, constantemente, sendo rearranjadas no interior do “eu” e nas relações sociais estabelecidas com o “outro”. Além disso, certas representações individuais de sexualidade presentes nos discursos dos currículos oficiais assumem um caráter transgressor diante dos padrões institucionalizados, merecendo um tratamento à parte, separado daquelas que não se apresentam desviantes do modelo considerado normal.

Nesse contexto de subjetividade do amparo legal para o trabalho docente,



o gênero e a sexualidade enfrentam mais uma barreira representada por projetos de lei que têm como objetivo retirar os temas de discussão em sala de aula.

O desencadeamento desse movimento conservador se deu com a criação do “Programa Escola sem Homofobia”, que previa a criação de um Kit anti-homofobia⁷ no ambiente escolar, inflamando discursos de políticos da bancada evangélica que acusaram o documento de “apologia ao homossexualismo⁸”.

Há uma grande ambição do controle do currículo por parte dos defensores do projeto Escola Sem Partido. O PL 2731/2015 propõe a proibição da discussão de gênero nas escolas e “prevê prisão para os professores que desrespeitarem a determinação”. Todos esses Projetos de Lei fundamentam a atmosfera de pânico que tomou conta das/os docentes, a partir da disseminação do slogan “ideologia de gênero”.

Segundo Paraíso,

O slogan reacionário circula e se propaga por diferentes espaços, deixando-nos estarecidos por falar em “neutralidade” do currículo ou da educação, por atacar de modo absurdo os professores, por tentar incluir uma proibição do gênero e da sexualidade nas políticas educacionais e curriculares, por tentar controlar o currículo, os materiais pedagógicos e os docentes (PARAÍSO, 2018, p.223).

Apesar do controle que se tenta colocar em relação ao currículo e às práticas docentes, algumas atitudes de resistência são percebidas no espaço escolar. Assim, pode-se remeter aos estudos de Paraíso (2018) sobre Michel Foucault e a criação da heterotopia, o “espaço outro” real que se contrapõe e coexiste a coibição, o impedimento e o controle produzido pelos grupos reacionários. O tema passa a circular nos estudos, nas demandas por formações, no interesse de mudança em si, na educação e

7 Em 2004, o governo federal lançou o programa Brasil sem Homofobia com o objetivo de combater a violência e o preconceito contra a população LGBT (composta por travestis, transexuais, gays, lésbicas, bissexuais e outros grupos). Uma parte dele enfatizaria a formação de educadoras/es para tratar questões relacionadas ao gênero e à sexualidade. A leitura equivocada dos políticos da bancada evangélica foi a de que esse material iria “incentivar” o “homossexualismo”, que o Governo estava fazendo uma defesa de que todos deveriam ser “homossexuais”.

8 “Homossexualismo” nesse trecho reproduz a maneira como grupos conservadores da bancada religiosa da Câmara dos Deputados trataram o tema. Embora a OMS tenha realizado a exclusão da homossexualidade como doença mental desde 17 de maio de 1990 e ratificada em 1992, esses grupos continuam utilizando a palavra com o sufixo *ismo* – que está relacionado à doença, de maneira proposital. Grupos mais ligados aos direitos humanos têm grafado essa experiência do desejo de modo a evitar tal sufixo, empregando o termo “homossexualidade”.



no currículo.

Cria-se assim, uma heterotopia para criticar a ideia de “ideologia de gênero” e a busca de formas de inserir gênero e sexualidade nos currículos. Como explica Foucault (2003), as heterotopias são propriedades constantes de toda e qualquer cultura. Inspirado nas discussões do filósofo, podemos pensar que esses “espaços outros”, nos nossos tempos, são lugares destinados a pessoas que representam “desvio” em relação às normas.

De acordo com Paraíso,

É interessante registrar que professores estão criando espaços que propositalmente quer colocar em questão normas de gênero e sexualidade, assim um “espaço outro” que é desviante em relação às normas de gênero e sexualidade. Mas, ele também é um espaço que agrupa pessoas que querem encontrar um respiro, de fortalecer e se defender de políticas de normalização e de destituição da tomada de decisão sobre a forma de condução da sua profissão. (PARAÍSO, 2018, p. 233).

Ao agirem assim, com enfrentamentos diante de um cenário tão adverso, professoras/es lidam com as coisas do mundo que lhes são impostas e ensaiam outras formas de trabalhar, de resistir e de se reinventar. Um bom exemplo, são as parcerias com grupos de estudos das universidades que oferecem oficinas de trabalho com o tema, as discussões promovidas a partir de filmes ou textos informativos, as palestras e rodas de discussão também são exemplos citados pelas/os professoras/es e jovens na pesquisa e que funcionam como atitudes importantes de enfrentamento ao preconceito diante do gênero e da sexualidade dissidentes nos tempos de hoje.

4.6 GÊNERO, SEXUALIDADE E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

“Eu me sinto desprotegida, diante dos ataques ao tema, em abordar sexualidade em sala de aula. Me sinto desencorajada, mesmo quando a conversa com alunos se dá de maneira informal. Gênero e sexualidade não constarem na BNCC é um retrocesso, acredito eu, mas tem a convivência de boa parte da sociedade”.

(Íris, 32 anos, escola particular)

“Acredito que se os temas (gênero e sexualidade) fossem contemplados na BNCC acrescentaria um respaldo maior para a abordagem em sala de aula. Falta apoio do governo,



coordenação, direção e parte dos professores também”.

(Ernesto, 28 anos, escola pública)

No que diz respeito às discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas, para além da complexidade que remete sua abordagem, este espaço está inserido em contexto de mudanças e disputas que têm colaborado com ambientes cada vez mais hostis às experiências dissidentes.

No campo das disputas está a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2016), sucessora dos PCNs. A BNCC trouxe novamente para a discussão a garantia da abordagem gênero e sexualidade em sala de aula. Junto à discussão, o documento levantou inúmeros debates, uma vez que se apontou a falta de participação de grupos de interesse que compõem o campo educacional, organizações da sociedade civil e representações acadêmicas que criticaram o documento por apresentar uma concepção reducionista de direito à educação.

Antes de ser aprovado, o texto teve três diferentes versões e com a justificativa de que a temática em questão provocara muita controvérsia e uma considerável exposição midiática - por exemplo o caso do Ministério da Educação (MEC) que suprimiu os termos “gênero” e “orientação sexual” - fortaleceu-se a ideia de que, como os temas não estão contemplados na Base, não podem ser trabalhados em sala de aula.

A retirada dos termos vinculados ao assunto envolveu grupos religiosos da bancada parlamentar, além do Movimento Escola Sem Partido, através de discursos conservadores vinculados a questões morais e religiosas. De acordo com Sevilla e Seffner:

Esses grupos articulam discursos conservadores de diversas ordens vinculados a questões morais e religiosas, defendem uma posição política em relação à função do Estado e da escola, restringindo estas instituições, defendendo liberdades individuais e os direitos e a liberdade da família em educar os seus filhos. Desta forma, acreditam que a escola não deve abordar temas como política, religião, gênero e sexualidade, que professores em sua maioria são “doutrinadores” e não são educadores, pois deveriam apenas se restringir a ensinar conteúdos técnicos. Tais concepções tomam os jovens como meras tábulas rasas, sem opinião e reflexão. Baseados nisso, defendem a proibição de professores e da escola de trabalhar estas temáticas, previstas nos parâmetros curriculares nacionais, que, como vimos, são caras não só aos movimentos sociais, como também aos próprios princípios democráticos, ferindo a autonomia pedagógica e atingindo a promoção da cidadania e a construção de uma



escola plural, onde todos e todas devem ser respeitados, independentemente de sua origem, cor, etnia/raça, gênero, classe, identidade, orientação sexual, pertencimento religioso, etc. (SEVILLA e SEFFNER, 2017, p. 4-5).

Sobre a menção da temática na BNCC (2016), é possível verificar a referência na seção destinada às Ciências da Natureza, não sendo mencionadas nas demais áreas do conhecimento. Vale ressaltar, que, além de situar a sexualidade dentre as competências da respectiva área para o Ensino Fundamental, o documento a associa a conceitos vinculados à saúde e à qualidade de vida e, assim como nos PCNs, a sexualidade é apresentada pela BNCC sob uma ótica biologizante.

Por esse ângulo, a sexualidade adquire controle e condutas sexuais com vista a minimizar problemas de saúde pública como ISTs ou a gravidez na adolescência, fato que leva a crer que as discussões no âmbito da educação sexual não apresentaram avanços no espaço de tempo entre a escrita dos PCNs até a BNCC, uma vez que continuaram a apresentar um mesmo viés sobre o tema.

No que tange ao trabalho da/o professora/or, a ausência da temática no documento levanta incertezas e fragilidades, além das deficiências formativas, como apontado nos relatos recolhidos na pesquisa. O corpo docente enfrenta dificuldades com trabalhos que envolvem sexualidade devido às crenças e valores que possuem, fato que nos aponta que as dimensões sociocultural, afetiva e ética da sexualidade prescritas na BNCC poderão ser escamoteadas ao longo dos processos de ensino aprendizagem (ABRAMOVAY, CASTRO e SILVA, 2004). Para além da implicação das práticas docentes, a ausência de apoio da coordenação e direção das escolas à abordagem e à discussão contribuirá com a manutenção da transfobia, homofobia e lesbofobia.

Diante deste cenário de incertezas e do preconceito que tem feito parte historicamente das relações dentro da escola, é urgente que se desprendam esforços a fim de planejar cenários que contemplem o trabalho com as diferenças, ainda que a BNCC não favoreça a abordagem da temática. Garantir atividades que considerem gênero e sexualidade, oferecer formação as/aos docentes e assegurar a abordagem no currículo são também maneiras de resistir e transpor aos retrocessos que o documento apresenta.

5 CONCLUSÃO



É notável a preocupação ante às reflexões ou discussões relacionadas a gênero e sexualidade vivenciadas por professoras/es no ambiente escolar, além do papel que lhes cabe diante da produção das identidades e das manifestações desses temas que desafiam as normas há tempo instituídas. Segundo Louro (2017), educadoras/es geralmente se sentem pouco à vontade quando são confrontadas/os, sentem-se vulneráveis, sem qualquer preparo para enfrentar choques e desafios que aparecem de toda a parte.

A pesquisa apontou experiências e tensões do cotidiano escolar em relação ao “normal” e ao diferente. Expor essas ansiedades e vivências, por parte das/os professoras/es, figura algo urgente que deve ser levado em consideração: o trabalho docente diante das atuais resistências ao debate sobre gênero e da sexualidade na escola.

Sendo o papel da escola, a prática da atribuição de naturalidade a fatos sociais historicamente vivenciados e impostos (Butler, 2003), isso implica, na maioria das vezes, na impossibilidade da reflexão, negando as/aos jovens, que fazem parte desse espaço, a possibilidade de uma vivência mais livre e segura. Nesse sentido, existe uma tentativa de desconsiderar as diferenças, sendo objetadas no ambiente escolar.

Para Butler (2003), essa posição reitera as normas regulatórias da sexualidade e das relações de gênero. Para tanto, considera que as sociedades constroem normas que regulam e materializam o “sexo” dos sujeitos e que essas “normas regulatórias” precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize.

É imprescindível pensarmos em atividades e atitudes que reforcem a necessidade de uma educação que incorpore em suas práticas a reflexão diante da produção das identidades, bem como, a convivência com as diferenças. Não se trata de culpabilizar a/o professora/or, uma vez que esta/e não possui total poder sobre a escola como instituição, além de ser ela/e é fruto da sociedade que reproduz essas normas. Mas é possível pensar na/o educadora/or como parte dessa instituição, como (não)reprodutora daquilo que foi construído como norma historicamente.

Por fim, mesmo os PCNs propondo a abordagem da temática de modo transversal, a legislação parece insuficiente para garantir curricularmente a presença da temática na escola, como ela deve ser ensinada. Por outro lado, a discussão em torno de uma nova legislação apresentou-se ainda mais frágil, afinal, foram retiradas da BNCC as referências a gênero e sexualidade. Contudo, ainda assim, o ambiente de ensino apresenta-se como um lugar possível para resistir às tentativas de criminalização do trabalho docente em torno desses tópicos. Não se trata de minimizar os efeitos morais do Programa Escola sem Partido, antes, por mais que a agência tenha sido lida aqui como algo para além de quem



age, buscou-se valorizar o agenciamento de jovens e professores/as em MS. Dito de um outro modo, por mais que ajam independentemente de um “querer”, afinal, estão envoltos/as em relações de poder, há exemplos positivos que parecem tornar a diferença, em termos de gênero e sexualidade, uma experiência possível de ser reconhecida na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. Juventudes e sexualidade. Brasília: Unesco, 2004.

ANTUNES, Fabricio Pupo. A produção das identidades em ambiente escolar: experiências contemporâneas de jovens dissidentes de gênero e sexualidade nas escolas de Mato Grosso do Sul inspiradas na obra A Garota Dinamarquesa. 2018, 8 pág. Colégio Novaescola, Brasil 2018.

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT). As experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Relatório da Secretaria de Educação da Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 2016.

BALIEIRO, Fernando; DUQUE, Tiago. Notas sobre uma cruzada moral na era digital: a “Ideologia de Gênero” como uma ameaça à sociedade brasileira. El Desangriamiento Latinoamericano: Un panorama político contemporáneo y la reconfiguración del estado neoliberal. Corporación Universitaria Americana. 2018. p. 278 - 311.

BALIEIRO, Fernando; RISK, Eduardo. Escola e Sexualidades: uma visão crítica à normalização. In: MISKOLCI, Richard. JÚNIOR. Jorge Leite. Diferenças na educação, outros aprendizados. São Carlos: EdUFSCAR, 2014. p. 149-198.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Revista Estudos Feministas. 2011, vol.19, n.2, pp. 549-559. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>. Acessado em: 18 de ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segunda versão revista. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2016.

BRITZMAN. Deborah. Curiosidade, currículo e sexualidade. In: LOURO. Guacira



- Lopes. O corpo educado. 4ª edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018. p. 105-142.
- BUTLER, Judith. Problemas de Gênero – a Subversão da Identidade. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs – Vol. 1. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2011.
- FOUCAULT, Michel. A História da Sexualidade – vol 1. 6ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2017.
- FOUCAULT, Michel. Outros espaços. Ditos e Escritos III – Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 402-422.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Escola, Homofobia e Heteronormatividade. Revista Coletiva. Campinas. n.18 jan/abr/, 2016. Disponível em: <http://coletiva.labjor.unicamp.br/index.php/artigo/escola-homofobia-e-heteronormatividade/>. Acesso em: 16 de jun. 2020.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Aqui não temos gays nem lésbicas”: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. Bagoas: revista de estudos gays. Natal, v.3, n.4, p.171-189, jan./jun., 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2302/1735> Acesso em: 16 de jun. 2020.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. MILSKOLCI, Richard (Org.). Discursos fora da Ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos. São Paulo: Annablume, 2012. (Série Sexualidades e Direitos Humanos).
- LOURO, Guacira Lopes. Corpo, Gênero e Sexualidade – Um debate contemporâneo na educação. 9ª edição. Petrópolis RJ. Editora Vozes, 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação – Uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª edição. Petrópolis RJ. Editora Vozes, 2017.
- MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, Dagmar. PARAÍSO, Marlucy. Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 17-24.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo, gênero e heterotopias em tempo do Slogan



“Ideologia de Gênero. LOPES, Aline Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. Martins, OLIVEIRA, Gustavo Gilson Souza (Org.). Os Gêneros da Escola. 1ª edição. Recife: Editora: UFPE, 2018. p. 211-241.

PELÚCIO, Larissa. Gênero na escola. MISKOLCI, Richard; JÚNIOR, Jorge Leite. Diferenças na Educação, Outros Aprendizados. São Carlos: EdUFSCAR, 2014. p. 106 - 119.

REPROLATINA. Estudo Qualitativo sobre Homofobia no Ambiente Escolar. Projeto Escola Sem Homofobia Componente de Pesquisa, 2011. Disponível em https://www.academia.edu/16411074/Projeto_Escola_sem_Homofobia_Estudo_qualitativo_sobre_a_homofobia_no_ambiente_escolar_em_11_capitais_brasileiras. Acesso em 10 fev. 2019.

SEVILLA, Gabriela; SEFFNER, Fernando. A Guinada Conservadora na Educação: reflexões sobre o novo contexto político e suas reverberações para a abordagem de gênero e sexualidade na escola. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& Women's Worlds Congress 13. Florianópolis, 2017.

SILVA, Caio Samuel Franciscati; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12051/8347> Acesso em: 16 de jun. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3ª edição. Belo Horizonte MG: Editora Autêntica, 2017. VENCATO, Anna Paula. Diferenças na escola. MISKOLCI, Richard; JÚNIOR, Jorge Leite. Diferenças na Educação, Outros Aprendizados. São Carlos: EdUFSCAR, 2014. p. 19-56.

XAVIER FILHA, Constantina. A menina e o menino que brincavam de ser...: representações de gênero e sexualidade em pesquisa com crianças. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 627-646, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n51/08.pdf> Acesso em: 16 mai. 2020.

FABRICIO PUPO ANTUNES



Graduando do curso de bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos. É membro do Impróprias – Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças da Universidade de Mato Grosso do Sul. Courseu Ensino Médio no Colégio Novaescola em Campo Grande, MS. Foi bolsista PIBIC Júnior do CNPq na UFMS. As pesquisas realizadas foram premiadas em importantes feiras científicas do país, como FETEC MS, FEBRACE – USP e Mostratec – Fundação Liberato. As pesquisas também ganharam visibilidade internacional sendo apresentadas na Universidade de Aarhus na Dinamarca e nas organizações Copenhagen Pride e LGBT Danmark em Copenhague. Foi finalista da REGENERON ISEF realizada na Califórnia - Estados Unidos.

TIAGO DUQUE

Professor do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Campus de Campo Grande) e do Mestrado em Educação (Campus do Pantanal - Corumbá). Desenvolveu estágio de Pós-Doutorado na Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), junto ao Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE). Possui doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2013) e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2009). É coordenador do Impróprias - Grupo de pesquisa em gênero, sexualidade e diferenças (CNPq/UFMS).

submetido

17.07.2020

reapresentado

11.01.2021

aprovado

31.05.2021

Contribuição de autoria. Fabricio Pupo Antunes participou da elaboração do estudo, da investigação de dados, do levantamento bibliográfico e da redação do artigo. Tiago Duque orientou todas as etapas e participou da revisão final e da edição do artigo.

Licença de uso. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.